

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Caso haja item(ns) constituído(s) pela estrutura **Situação hipotética**: ... seguida de **Assertiva**: ..., os dados apresentados como situação hipotética deverão ser considerados premissa(s) para o julgamento da assertiva proposta.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “Espaço livre” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunhos.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

1 O modelo econômico de produção capitalista,
aperfeiçoado pelos avanços científicos e tecnológicos que, por
sua vez, proporcionaram a reestruturação da produção e a
4 Terceira Revolução Industrial, retirou do trabalho seu valor,
transformando o empregado em simples mercadoria inserta no
processo de produção. Nesse contexto, o trabalhador se vê
7 tolhido da principal manifestação de sua humanidade e
dignidade: o trabalho. A luta dos trabalhadores, portanto, não
é mais apenas por condições melhores de subsistência, mas
10 pela própria dignidade do ser humano.

Em face desse cenário, a opinião pública passa a
questionar o papel do Estado e das instituições dominantes, no
sentido de buscar um consenso sobre as consequências sociais
da atividade econômica. A sociedade requer das organizações
uma nova configuração da atividade econômica, pautada na
16 ética e na responsabilidade para com a sociedade e o meio
ambiente, a fim de minimizar problemas sociais como
concentração de renda, precarização das relações de trabalho
e falta de direitos básicos como educação, saúde e moradia,
19 agravados, entre outros motivos, por propostas que concebem
um Estado que seja parco em prestações sociais e no qual a
22 própria sociedade se responsabilize pelos riscos de sua
existência, só recorrendo ao Poder Público subsidiariamente,
na impossibilidade de autossatisfação de suas necessidades.

Samia Moda Cirino. **Sustentabilidade no meio ambiente de trabalho**: um novo paradigma para a valorização do trabalho humano. Internet: <www.publicadireito.com.br> (com adaptações).

Com relação às ideias e aos aspectos linguísticos do texto apresentado, julgue os itens que se seguem.

- 1 De acordo com o texto, o quadro de concentração de renda, de precarização das relações de trabalho e de falta de direitos básicos como educação, saúde e moradia é resultado da negligência estatal com relação às necessidades da população.
- 2 Depreende-se do texto que a reestruturação da produção industrial e a supressão do valor laboral representam, para a sociedade, consequências negativas da adoção do modelo econômico de produção capitalista.
- 3 A substituição de “no qual” (ℓ.21) por **aonde** prejudicaria a correção gramatical do texto.
- 4 A palavra “subsidiariamente” (ℓ.23) foi empregada, no texto, com o mesmo sentido de **compulsoriamente**.
- 5 Conforme o texto, a Terceira Revolução Industrial foi o evento histórico responsável por transformar o empregado em simples mercadoria do processo de produção.
- 6 A correção gramatical e os sentidos originais do texto seriam mantidos caso o trecho “A luta (...) humano.” (ℓ. 8 a 10) fosse reescrito da seguinte forma: Logo, a luta dos trabalhadores apenas deixou de ser por mais condições de melhor subsistência para priorizar a própria dignidade do ser humano.
- 7 A inserção da expressão **que seja** imediatamente antes da palavra “pautada” (ℓ.15) — **que seja pautada** — não comprometeria a correção gramatical nem alteraria os sentidos originais do texto.

1 O desejo por igualdade em nossos dias, ensejado pela
Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, marco da
modernidade, segundo Axel Honneth, advém de uma busca por
autorrespeito. Para Honneth, houve uma conversão de
4 demandas por distribuição igualitária em demandas por mais
dignidade e respeito. O autor descreve o campo de ação social
7 como o lócus marcado pela permanente luta entre os sujeitos
por conservação e reconhecimento. O conflito, diz ele, força os
sujeitos a se reconhecerem mutuamente e impulsiona a criação
10 de uma rede normativa. Quer dizer, o estabelecimento da figura
do sujeito de direitos constitui um mínimo necessário para a
perpetuação da sociedade, porque é pelo respeito mútuo de
13 suas pretensões legítimas que as pessoas conseguem se
relacionar socialmente.

Nesse contexto, a Lei Maria da Penha teria o papel de
assegurar o reconhecimento das mulheres em situação de
16 violências (incluída a psicológica) pelo direito; afinal, é
constatando as obrigações que temos diante do direito alheio
que chegamos a uma compreensão de cada um(a) de nós como
19 sujeitos de direitos. De acordo com Honneth, as demandas por
direitos — como aqueles que se referem à igualdade de gênero
ou relacionados à orientação sexual —, advindas de um
22 reconhecimento anteriormente denegado, criam conflitos
práticos indispensáveis para a mobilidade social.

Isadora Vier Machado. **Da dor no corpo à dor na alma**: uma leitura do conceito de violência psicológica da Lei Maria da Penha. Internet: <<http://pct.capes.gov.br>> (com adaptações).

A respeito das ideias e dos aspectos linguísticos do texto precedente, julgue os itens a seguir.

- 8 O desejo de igualdade entre os indivíduos, manifesto a partir da criação da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, impulsionou a busca por autorrespeito.
- 9 O texto indica que, de acordo com Axel Honneth, o conflito motiva o reconhecimento dos sujeitos de direito, o que é condição básica para a preservação da sociedade.
- 10 A inserção de vírgula após a expressão “entre os sujeitos” (ℓ.7) manteria a correção gramatical e os sentidos do texto.
- 11 A expressão “Quer dizer” (ℓ.10) introduz uma conclusão a respeito do estabelecimento da figura do sujeito de direitos.
- 12 A substituição da forma verbal “teria” (ℓ.15) por **tem** manteria tanto a correção gramatical quanto a coerência do texto.
- 13 Sem prejuízo da correção gramatical do texto, os vocábulos “é” (ℓ.17) e “que” (ℓ.19) poderiam ser suprimidos, desde que fosse inserida uma vírgula imediatamente após a palavra “alheio” (ℓ.18).
- 14 Na linha 21, a correção gramatical do texto seria comprometida se o termo “se” fosse posicionado após a forma verbal “referem”, da seguinte forma: referem-se.

Com relação à organização administrativa e à administração pública direta e indireta, julgue os itens a seguir.

- 15 Embora dotados de personalidade jurídica, os órgãos públicos não possuem capacidade processual para a defesa de suas prerrogativas e competências institucionais.
- 16 A criação de fundações públicas de direito público ocorre por meio de lei, não sendo necessária a inscrição de seus atos constitutivos em registro civil de pessoas jurídicas.
- 17 Diferentemente das empresas públicas, que podem ser constituídas sob qualquer forma empresarial admitida em direito, as sociedades de economia mista somente podem constituir-se sob a forma de sociedade anônima.

Com base nas disposições constitucionais relativas a cargos, empregos e funções públicas e nas disposições do Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado de Pernambuco, julgue os itens seguintes.

- 18 Os empregados de sociedade de economia mista que receba recursos da União, de estado, do Distrito Federal ou de município para o pagamento de pessoal ou para custeio em geral submetem-se ao teto remuneratório previsto na Constituição Federal de 1988.
- 19 Os cargos em comissão cujas atribuições sejam de direção, chefia e assessoramento são ocupados exclusivamente por servidores efetivos.
- 20 Reintegração corresponde ao reingresso de servidor aposentado no serviço público, se insubsistentes os motivos da aposentadoria ou se houver interesse e requisição da administração, respeitada a opção do servidor.

Acerca de poderes administrativos, julgue os itens subsequentes.

- 21 O administrador público age no exercício do poder hierárquico ao editar atos normativos com o objetivo de ordenar a atuação de órgãos a ele subordinados.
- 22 Configura abuso do poder regulamentar a edição de regulamento por chefe do Poder Executivo dispondo obrigações diversas das contidas em lei regulamentada, ainda que sejam obrigações derivadas.
- 23 Em decorrência do poder hierárquico, é lícita a avocação por órgão superior, em caráter ordinário e por tempo indeterminado, de competência atribuída a órgão hierarquicamente inferior.

Com relação a licitações e contratos administrativos e às disposições da Lei de Improbidade Administrativa, julgue os itens que se seguem.

- 24 Configura hipótese de dispensa de licitação a contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou por intermédio de empresário exclusivo, desde que o profissional seja consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
- 25 Em razão da supremacia do interesse público, é permitido que a administração pública rescinda unilateralmente contrato administrativo por razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, ficando isenta de reparar o contratado por eventuais prejuízos regularmente comprovados.
- 26 A publicidade é condição de eficácia dos atos da administração pública, por isso a inobservância do dever de publicação de atos oficiais pode caracterizar prática de ato de improbidade administrativa.

À luz da Constituição Federal de 1988, julgue os itens a seguir.

- 27 A cidadania, a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa encontram-se entre os fundamentos da República Federativa do Brasil.
- 28 O direito de propriedade é constitucionalmente garantido, devendo as propriedades atender a sua função social.
- 29 Autor de ato de improbidade administrativa estará sujeito à cassação dos seus direitos políticos.
- 30 Os municípios têm competência para criar tribunais de contas municipais para o controle interno do Poder Executivo local.
- 31 Os aprovados em concurso público ainda em prazo improrrogável de convocação terão prioridade de convocação sobre os aprovados em concurso público posterior para o mesmo cargo ou para emprego na mesma carreira.

Ainda à luz da Constituição Federal de 1988, julgue os itens subsequentes.

- 32 Governador de estado será remunerado por subsídio fixado em parcela única, com o devido acréscimo do respectivo adicional de gratificação de função.
- 33 São órgãos do Poder Judiciário, entre outros, os tribunais militares, o Tribunal Superior do Trabalho e os juízes eleitorais.
- 34 Compete ao Superior Tribunal de Justiça o julgamento de ações contra o Conselho Nacional de Justiça.
- 35 A representação judicial e a consultoria jurídica dos estados são exercidas pelos procuradores estaduais, que são membros da advocacia pública.
- 36 Agente público pode ser responsabilizado pelo dano que causar a terceiro na prestação de serviço público, após ação de regresso ajuizada pela respectiva pessoa jurídica de direito público.

Acerca da responsabilização pela prática de ato de improbidade administrativa, julgue os itens a seguir, à luz da Lei n.º 8.429/1992.

- 37 Estudante maior de vinte e um anos de idade que estagia sem remuneração em empresa pública estadual estará sujeito a responder por ato de improbidade administrativa caso se utilize de sua condição de estagiário para auferir vantagem econômica indevida.
- 38 Sociedade de economia mista em que a União detenha mais de 50% das cotas sociais será considerada sujeito ativo de improbidade administrativa caso um de seus dirigentes cometa conduta dolosa que cause prejuízo ao erário.
- 39 Para ser imputado como ato de improbidade administrativa praticado contra associação civil de direito privado sem fins lucrativos e de interesse coletivo a referida entidade deve ter sido subsidiada pelo erário em montante não inferior a 50% da sua receita anual.
- 40 Os sucessores de agente público falecido que, em vida, praticou ato de improbidade administrativa que importou lesão ao patrimônio público terão obrigação de ressarcir o dano apurado até o limite do valor da herança.

A respeito da responsabilização de pessoa jurídica pela prática de atos contra a administração pública, julgue os itens subsequentes, à luz da Lei Anticorrupção (Lei n.º 12.846/2013).

Espaço livre

- 41 Atos lesivos praticados contra a administração direta por sociedade simples nacional não personificada e que atentem contra compromissos internacionais assumidos pelo Brasil são passíveis de apuração por meio da instauração de processo administrativo, que pode ser deflagrado de ofício pela autoridade máxima do órgão.
- 42 Nas hipóteses de fusão e incorporação societária legalmente promovida, a responsabilização da pessoa jurídica sucessora restringe-se à obrigação de pagamento de multas e à reparação integral de dano, até o limite do patrimônio transferido.
- 43 As sociedades empresárias consorciadas por força de contrato administrativo são responsáveis solidárias entre si por atos de improbidade administrativa, respondendo irrestritamente umas pelas outras nos âmbitos administrativo, civil e criminal.
- 44 Para avaliar a graduação da sanção administrativa a ser aplicada, a autoridade competente está impedida de considerar parâmetros referentes ao estado econômico do infrator, devendo se restringir ao dano ao erário efetivamente apurado.

Acerca de temas da atualidade que envolvem o Brasil e o mundo, julgue os itens seguintes.

- 45 Dados atuais acerca da segurança pública no Brasil mostram quadro quantitativo de mortes violentas intencionais por ano similar à média de mortes anuais na guerra na Síria.
- 46 A atual flexibilização de regras nas relações de trabalho, a exemplo de questões relativas a terceirização, jornada, férias e remuneração, foi resultado de projetos aprovados pelo Congresso Nacional com a reforma trabalhista.
- 47 O fato de os países árabes serem grandes importadores de produtos da cadeia produtiva do agronegócio brasileiro pode influenciar a política externa brasileira relativa ao Oriente Médio.
- 48 As práticas sociais na atualidade são totalmente direcionadas pela comunicação nas redes sociais, que proporcionam amplo debate e favorecem o consenso sobre temas relevantes à maioria da população.
- 49 Uma questão preocupante para o governo britânico com relação à concretização do Brexit é a fronteira entre a Irlanda do Norte e a República da Irlanda.
- 50 Com a participação no Fórum Econômico Mundial em Davos, na Suíça, o Brasil firmou importantes acordos bilaterais com países estratégicos.